



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 94ª
(NONAGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

DE 28 DE OUTUBRO DE 2008.

38

'88

12 **4** bauds



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Estão presentes 12 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Convido o Deputado Brunelli a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 197, de 31/10/2008, juntamente com a ata sucinta da 94ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se houver consenso entre os Líderes, sugiro abirmos mão dos Comunicados de Líderes e entrarmos diretamente na Ordem do Dia, começando pelo Item nº 7, que contém matéria que "autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e dá outras providências". Esse é o primeiro item da pauta. Se os Deputados concordarem em deixar o período de Comunicados de Líderes para outro momento, que passemos imediatamente para a pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, após o segundo item da pauta, daremos a palavra aos Deputados que quiserem fazer suas ponderações. Naturalmente, o Deputado Brunelli também tem um pleito a fazer, que é sobre a concessão do Título de Cidadão Honorário a um pastor, cuja homenagem foi previamente programada para a próxima sexta-feira no Ginásio Nilson Nelson e terá a presença de mais ou menos 10 mil pessoas. Então, quanto ao pleito do Deputado Brunelli pela aprovação do projeto de decreto legislativo, não há nenhum óbice desta Liderança.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Poderemos votar as moções, indicações e projetos de decreto legislativo que estiverem na pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sábado, nós teremos um congresso aqui em Brasília com mais de 20 mil evangélicos. Para esse congresso, virão várias pessoas de todas as regiões do Brasil. Esse congresso está no calendário de atividades do Distrito Federal. Um pastor de relevante envergadura no nosso meio estará presente. Nós temos um título aqui desde 2006 que eu preciso entregar nessa festividade. Então, solicito a V.Exa. e aos meus pares que apreciemos o Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2006, que “concede o Título de Cidadão Honorário ao Pastor Bispo Maurício Fernandes de Castro”, para que nós possamos agraciar o homenageado com esse título nessa solenidade aqui em Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Brunelli, o referido projeto não consta na pauta da Ordem do Dia de hoje, mas já o incluo como item extrapauta. Acato seu pedido bem como o do Deputado Leonardo Prudente.

Os Líderes e demais Deputados abriram mão da palavra. Então, entraremos na pauta propriamente dita. Antes, porém, há expediente sobre a mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 197, de 31/10/2008, juntamente com a ata sucinta da 94ª Sessão Ordinária.)

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Item nº 7:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 987, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e dá outras providências”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu votarei contra essa autorização de empréstimo junto ao BID e à Agência Francesa de Desenvolvimento pelos mesmos motivos pelos quais votarei contra outras autorizações de empréstimos. Eu não considero correto um governo contrair empréstimos e deixá-los para os próximos governos pagarem. O Governo está contraindo esse empréstimo e vai deixá-lo para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

os próximos cinco governos pagarem, já que ele vai ser pago em 20 anos. Assim é muito fácil governar: simplesmente, o Governo contrai empréstimos, vai fazendo as coisas e vai deixando dívidas para os próximos pagarem. Eu acredito que essa não é uma atitude responsável, pelo menos sob o ponto de vista fiscal. O que eu defendo é justamente o oposto: defendo que o custo para o contribuinte seja menor, que se reduza a carga tributária, que o contribuinte pague menos impostos e não que se crie uma dívida que simplesmente os próximos governos terão de pagar e possivelmente com aumento de impostos. O prazo é de 20 anos. O valor, por exemplo, do empréstimo com o BID é de 144 milhões de dólares; o valor com a Agência Francesa de Desenvolvimento é de 134 milhões de euros.

Eu não considero correto, do ponto de vista fiscal, que um governo contraia dívidas e deixe-as para os próximos governos pagarem. Não me parece correto. Por isso, meu voto é contra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu queria dizer que a bancada do Partido dos Trabalhadores irá votar contra esse projeto. Nesse momento, todos os governos, sejam nacionais ou estaduais, estão evitando contrair empréstimo em função da crise internacional, pois o dólar e o euro só têm aumentado.

Quando foi feito o estudo técnico dessa dívida pelo Governo do Distrito Federal, o dólar custava R\$ 1,77 (um real e setenta e sete centavos). Hoje, o dólar está a R\$ 2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos). Então, essa dívida já aumentou e muito.

O Distrito Federal contrairá uma dívida que não tem sequer o parecer favorável da COFIEX, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que sempre foi pré-requisito para a aprovação desta Casa. Nós sabemos que a capacidade de endividamento do Distrito Federal aumentará em quase 48%.

Claro que somos favoráveis à melhoria do transporte público do Distrito Federal, mas não à custa do contribuinte, que acabará pagando essa dívida e essa fatura não só nesse Governo, mas em governos futuros.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero somente esclarecer ao Deputado Cabo Patrício que Brasília está a um décimo da sua capacidade total de endividamento. Portanto, esse endividamento está totalmente dentro dos parâmetros aceitáveis.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de esclarecer que as exigências da COFIEX são pré-requisitos indispensáveis para que o empréstimo seja consumado. Estamos aprovando a autorização de empréstimos, e naturalmente o Governo só o terá após a aprovação do Ministério da Fazenda. O processo já está em andamento, e a expectativa é de que, na próxima sexta-feira, já seja votado na COFIEX.

Portanto, não há nenhum óbice em relação ao encaminhamento e à votação desse projeto neste momento, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve os votos contrários do Deputado Reguffe, do Deputado Paulo Tadeu e do Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 987, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – O próximo item da pauta é o item nº 9.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Item nº 9:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 840, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria a Companhia Metropolitana de Trânsito do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão o projeto em segundo turno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse é o segundo dia em que debatemos aqui no plenário a criação da Companhia Metropolitana de Trânsito, que no primeiro turno foi fruto de um debate bastante acalorado e profundo por parte desta Casa.

Eu queria, portanto, reafirmar a nossa posição, que eu já tinha dito aqui anteriormente, *contrária à criação dessa Companhia Metropolitana. Ela não trará nenhum, absolutamente nenhum benefício para a nossa cidade. Pelo contrário, pelo contrário! Essa companhia vai, inclusive, acabar gerando um conflito – eu diria – de atividades, um conflito de ações com o próprio DETRAN hoje. Além disso, ela poderá contribuir com o enfraquecimento desse importante instrumento da política pública de trânsito desta cidade, que é o DETRAN. Aliás, DETRAN esse reconhecido como um dos melhores do País.*

Quero, também, dizer que essa criação, de maneira açodada, por parte do Governo e apoiada pela maioria desta Casa dá-se exatamente no momento em que a categoria entra em greve, e entra em greve porque o Governador não cumpriu o acordo que estabeleceu com esses trabalhadores. Achavam alguns que o fato de esta companhia ter sido aprovada aqui na Casa em primeiro turno faria com que os trabalhadores se intimidassem e voltassem a trabalhar, desistindo da justa luta que eles já travam, há alguns meses, em defesa de suas conquistas e, é claro, em defesa do próprio DETRAN. O que se viu foi que, quando se aprovou aqui o projeto em primeiro turno, a greve se intensificou lá na base. A resposta dos trabalhadores à intimidação do Governo foi intensificar a greve. Se o Governo tinha, pelo menos, 10% dos trabalhadores indecisos com relação à greve, com a aprovação da CMT, com a intimidação, com a ameaça que o Governador fez e que o Governo vem fazendo, em especial o Secretário de Transportes, o Sr. Fraga, o que aconteceu foi o efeito inverso: a categoria se uniu e, hoje, quase 100% dos trabalhadores estão paralisados. E o prejuízo que – eu diria – a criação da CMT vai trazer à população é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

infinitamente maior do que a greve que os trabalhadores fazem hoje em defesa do acordo que, até agora, o Governo não cumpriu.

Por isso, quero reafirmar a nossa posição contrária à criação da CMT, porque, nesses dias, apesar de todos os ataques que o Governo fez às categorias, Deputado Alírio Neto, utilizando inclusive alguns veículos de comunicação, o Governo não conseguiu mostrar à população ou mesmo a esta Casa os benefícios que a criação desta companhia vai trazer à população do Distrito Federal. Pelo contrário, o Governo perdeu na argumentação!

Por outro lado, quero dizer que espero que, na votação de hoje, derrotemos esse projeto e acabemos, de uma vez por todas, com essa história, mas, se por ventura não conseguirmos, porque o Governo tem uma co-relação de forças melhor nesta Casa do que a Oposição, pelo menos essa espada o Governo não vai poder colocar em cima da cabeça desta Casa nem em cima da cabeça dos trabalhadores. Se for aprovada, que o Governo "se vire" para implementar esse *Frankenstein*, que é essa tal de CMT, que não vai funcionar mesmo e que vai, na realidade, trazer para a população um grande prejuízo, assim como para os cofres públicos. Vai gerar, inclusive, um protesto da população desta cidade contra a criação dessa estrutura desnecessária, que está sendo criada para tentar punir os trabalhadores.

Então, fica aqui a minha solidariedade. Fica aqui o meu apoio à luta dos trabalhadores do DETRAN e fica aqui, inclusive, a nossa certeza de que esses trabalhadores, unidos como estão, vão vencer a tirania e a intransigência do Governo do Distrito Federal

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Srs. e Sras. Assessores, senhores e senhoras da imprensa, trabalhadores e trabalhadoras do DETRAN, há duas questões colocadas em debate, e é preciso que as separemos.

Uma é o debate de políticas públicas. Não é de hoje que digo – e pude manifestar-me assim desde que o projeto chegou – que sou absolutamente contra a tese da municipalização do trânsito no Distrito Federal. Criar-se-á um atalho com servidoras e servidores que ganharão bem menos e que terão, portanto, menor formação. Trair-se-á, efetivamente, a tese da valorização do servidor e da servidora. E não há paz no trânsito sem agentes valorizados.

Neste debate de políticas públicas, Sr. Presidente, o que temos é a priorização da Indústria de multas, em detrimento de um quadro de agentes considerados os melhores do País. Toda a população perderá com isso, não será



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

somente o serviço público, não será somente o Distrito Federal, mas toda a população perderá com isso.

Portanto, eu era contrário e continuo absolutamente contrário à criação da malfadada Companhia Metropolitana de Trânsito. Onde se municipalizou o trânsito, errou-se muito. Basta que vejamos os exemplos. Esse é um debate, Sr. Presidente. E sou completamente contrário à criação dessa malfadada Companhia Metropolitana de Trânsito, assim como a bancada do Partido dos Trabalhadores posicionou-se há meses.

O outro debate, Sr. Presidente, é o momento. Difícil compreender como o Governo propõe algo que se imagina ser política de trânsito – perdoe-me, Sr. Presidente – no momento em que a categoria está em debate salarial de incorporação, em um debate com seus patrões, que são o Governo.

Perguntaram-me: é chantagem? É chantagem em razão da greve? Eu respondi, Sr. Presidente: não digo que é, mas acaba soando assim para os trabalhadores e trabalhadoras. Acaba soando assim para a população do Distrito Federal, que talvez não vá entender a falta de amadurecimento do Governo quando confunde os debates e prejudica a população, fazendo soar – não digo que é – e fazendo parecer uma retaliação aos trabalhadores e trabalhadoras, porque estão em um movimento paredista, legítimo e constitucional.

Sr. Presidente, separei os debates para dizer que, se houvesse que se discutir a criação de uma companhia para municipalizar o trânsito, a que sou contra, que não fosse agora, mas que fosse em outro momento em que o debate pudesse ser extremamente reflexivo e a favor da população. Discutindo hoje, ou discutindo amanhã, ou discutindo quando formos governo, antecipo, porque jamais cometeria a incoerência de dizer na Oposição o que não faria quando governo, que sou contra a municipalização do trânsito. Era no primeiro debate, e continuo sendo. E agora mais ainda, porque não é assim que se tratam os trabalhadores e trabalhadoras.

Tenho dito e digo de cadeira, pois fui um dos criadores da Campanha Paz no Trânsito há anos, e cheguei a parabenizar o Governo por tê-la adotado, inclusive com o mesmo *slogan*, que não se faz paz no trânsito sem valorizar os recursos humanos que a realizam nas ruas.

Fica esta mensagem, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou votar contra esse projeto que cria a CMT e vou ser muito breve nesta discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Considero uma incoerência se criar um órgão quando já há um que cumpre esse papel. Não me parece correto. Além disso, defendo que o Governo... que o Estado custe menos para o contribuinte do que custa hoje. É necessário reduzir a carga tributária, reduzindo também o custo do Estado para o contribuinte, e não criar um novo órgão, gerando mais despesa. Eu penso que não é esse o caminho. Além disso, mais cargos comissionados serão criados! A França inteira tem 4.800 cargos comissionados; os Estados Unidos têm 5.600; o Distrito Federal, que é deste tamanhozinho, tem 16.448. E ainda vão ser criados mais cargos comissionados.

Penso que esse não é o caminho correto para empregar o dinheiro do contribuinte, o dinheiro público. Então, votarei contra este projeto, que aumentará o custo do Estado para o contribuinte, justamente por defender o oposto: a redução.

Com relação à política de trânsito, corre-se um risco de colocar pessoas sem o preparo e sem a qualificação devida para cumprir essa importante função.

Para os servidores do DETRAN, quero deixar o meu abraço carinhoso a cada um de vocês que deram uma parte de suas vidas para esse órgão tão importante para a população do Distrito Federal. Um abraço a cada um de vocês.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que inclua na Ordem do Dia a votação do PLC nº 90, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o regime próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPSDF".

Solicito também que a votação, em segundo turno, do projeto que estamos discutindo seja feita pelo processo nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está registrada e acatada a sua solicitação.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha saudação muito carinhosa aos servidores e às servidoras do DETRAN. Eu parablenizo entre tantas coisas a capacidade que esses servidores têm de lutar por uma política pública de trânsito de qualidade.

Eu diria que, além de qualquer outro objetivo, nós temos os servidores do DETRAN dizendo, com a sua greve e a sua manifestação, que, em última Instância e em todos os dias das suas vidas defendem uma política de trânsito de qualidade. Nós também. Nós também defendemos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Acho que um governo que tem um governador... um gestor que age movido por sentimentos de raiva e de vingança não é um bom gestor, não é um bom governador.

O Governador do Distrito Federal tinha até falado sobre a intenção de não levar adiante esse projeto tão letal e tão criminoso para o povo do Distrito Federal. Com o movimento dos trabalhadores, decidiu encaminhar este projeto para a Câmara. E decidiu fazê-lo sem seguir a tramitação necessária para que os Parlamentares pudessem realmente ser os representantes do povo e não apenas ventríloquos de um Governador que passa como os mandatos em geral passam.

Eu diria tudo isso porque, ao andar pelos hospitais do Distrito Federal, pelas escolas do Distrito Federal, se a política emanada do Palácio do Buriti estivesse em consonância com as necessidades do povo do Distrito Federal, ele estaria investindo os recursos que serão investidos na criação da CMT em saúde, em educação, em assistência social e em políticas para as crianças e para os adolescentes. O Distrito Federal e o Governo vão mexer exatamente naquilo que funciona com excelência. E vai deixar invisível a dor do povo de Brasília, que ficará com a saúde extremamente "precarizada", com a educação "precarizada" e os corredores de exclusão social cada dia mais rígidos.

Sob o ponto de vista da gestão, não há como se justificar a criação da CMT. Nós temos hoje o Estado responsável pela educação, fiscalização e engenharia de trânsito. Isso será desmembrado. E me pergunto se a fiscalização não tem uma relação direta com a própria educação no trânsito. E se muitas vezes a fiscalização não tem que ter o papel pedagógico, porque ela não existe por si só. A CMT cuidará da fiscalização, descolada da política de engenharia de trânsito e da política de educação no trânsito. Não habilitará, apenas fiscalizará. Como se a fiscalização não fosse um desdobramento natural de uma política que tem que ter outras pernas, senão não se sustenta. Há um tripé que não pode ser quebrado. E nenhum órgão pode ser um órgão exclusivamente de fiscalização com dois comandos em uma mesma política, que tem que ser integral. Portanto, o que está para acontecer nesta Casa é um verdadeiro crime contra o povo do Distrito Federal. Eu escutei de várias autoridades de trânsito, da Academia e do Governo Federal que o modelo de trânsito ou o modelo do DETRAN do DF era o modelo a ser perseguido. Além disso, em outros tempos, quando a campanha eleitoral encobria a face de destruição do Estado, o atual Governador do Distrito Federal, ele mesmo disse que era o órgão que melhor funcionava no DF. Este órgão que melhor funciona no Distrito Federal, graças aos seus servidores, está em risco de extinção. Por isso, eu venho aqui apenas para lembrar aos Parlamentares que não foi o Governador que os elegeu, foi o povo do Distrito Federal. E o povo do Distrito Federal lembrará, daqui a 2 anos, quem foram os que colocaram a sua marca e o seu voto na destruição do órgão que detinha excelência de qualidade nesta cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Portanto, solicito aos Parlamentares que não marchem de acordo com os tambores que vêm do Buriti só porque vêm do Buriti, mas escutem o clamor do povo do Distrito Federal na sua necessidade de continuar tendo o DETRAN, porque o DETRAN tem excelência de qualidade e os seus servidores merecem respeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLÊNÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 28/10/2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESECTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 840/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM				X	
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			X
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB			X		X
	PAULO TADEU	PT		X			
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				X
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			X
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	16	05	01	02	

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 5 votos contrários e 1 abstenção. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como esta Casa já, efetivamente, aprovou este projeto extremamente nocivo para a cidade, tão logo seja publicada a redação final, porque obviamente terá que seguir o Interstício necessário para assim se efetivar, vamos ao Poder Judiciário para, como esta Casa não teve coragem de Impedir a extinção do DETRAN, que o Judiciário possa fazê-lo porque o projeto é, nitidamente, inconstitucional e ilegal.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa para declaração de voto.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa do Interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Wilson Lima, temos ainda declarações de voto a serem feitas. Ao final, apreciaremos sua solicitação.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, resolvi abster-me da votação desse projeto porque encontrei nele Inconsistências que me levaram a não votar. Assinalo aqui várias delas.

A Lei Orgânica descreve, em seu art. 124-A: "Ao Departamento de Trânsito, órgão autárquico, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, vinculado à Secretaria de Segurança Pública e integrante do Sistema Nacional de Trânsito, competem as funções de cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente e aplicar as penalidades previstas no Código Nacional de Trânsito, ressalvada a competência da União."

O Código de Trânsito Brasileiro, no art. 24, § 1º, diz expressamente: "§ 1º As competências relativas a órgão ou entidade municipal serão exercidas no Distrito Federal por seu órgão ou entidade executivos de trânsito", que é o DETRAN. Ora, isso significa dizer que, como o Distrito Federal não é dividido em municípios, por vedação constitucional prevista no art. 32 da Constituição Federal, as competências



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

relativas a órgão ou entidade municipal serão exercidas pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Há outras inconsistências que em um minuto eu não poderia dizer, mas peço a V.Exa. que receba amanhã a minha declaração de voto por escrito para que conste dos Anais desta votação.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO DEPUTADO MILTON BARBOSA:

"Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas. O projeto de lei nº 840/2008, de autoria do Poder Executivo que cria a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal foi protocolado nesta Casa em 07/05/2008, com solicitação de que sua tramitação se desse em regime de urgência. Depois de idas e vindas, quando se falou em sua retirada para melhor estudo e avaliação, eis que ele ressurgiu na semana passada, como todos sabem, agora em face de uma greve dos servidores do Departamento de Trânsito do Distrito Federal. Sem adentrar ao mérito sobre os motivos ensejadores do movimento paredista, se justo ou injusto, se extemporâneo ou intempestivo, hei por bem fazer esta declaração de voto, primeiro visando contribuir com o ordenamento jurídico, pois sou um operador do direito, sou Advogado. Segundo, por respeito à instituição Departamento de Trânsito do Distrito Federal, que desempenha uma função essencial na execução da política de trânsito no Distrito Federal e por fim, a esta Casa e ao próprio Executivo, responsáveis, cada um no que lhes compete, pela elaboração de leis. Estou votando pela **ABSTENÇÃO** neste projeto de lei, por não vislumbrar nele lastro jurídico capaz de imprimir segurança para embasar um voto seguro, e com suporte nos argumentos jurídicos articulados e irrespondíveis, mencionados no decorrer desta declaração de voto. Constata-se um conflito, em tese, ainda que possa vir a ser aparente, entre as disposições do projeto de lei e inúmeros dispositivos legais, valendo destacar: o artigo 32 da Constituição Federal, que veda a divisão do Distrito Federal em municípios; artigos 22, inciso I e 24, inciso IV, do Código de Trânsito Brasileiro; artigo 124-A, da Lei Orgânica do Distrito Federal; § 1º, do artigo 24 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, que assegura que as competências relativas a órgão ou entidade municipal serão exercidas no Distrito Federal por seu órgão ou entidades executivos de trânsito. Há ainda, no projeto de lei impropriedades, s.m.j., insuperáveis, a saber: 1 - o inciso I, do artigo 8º prescreve que a CMT exercerá plenamente o poder de polícia administrativa de trânsito em todo o Distrito Federal de acordo com o Código Brasileiro de Trânsito, esquecendo-se que uma lei distrital não pode sobrepor-se a uma lei federal que prevê competências específicas conforme jurisdições: rodoviárias municipais, estaduais e federais, além da autoridade executiva estadual, no caso, o DETRAN; 2 - o inciso II prescreve a execução de atividades inerentes à fiscalização, aplicar penalidades e multas de trânsito e demais atividades voltadas para a gestão de trânsito, esquecendo-se que pela legislação de trânsito jamais um agente da autoridade de trânsito aplicará penalidades e/ou multas de trânsito; 3 - o § 3º do artigo 8º assegura que funcionam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

junto à Diretoria da CMT, como órgãos de deliberação coletiva o Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE e a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, que terão competências definidas em regimentos próprios, esquecendo-se de que um órgão normativo como o CONTRANDIFE não deve integrar um órgão executivo que é a CMT. No Regimento Interno do CONTRANDIFE em vigor, no item 5, relativo aos IMPEDIMENTOS que podem ser previstos Impedimentos para integrar aquele Conselho, dentre os quais, o previsto no item 5.1.c, o relativo ao exercício de fiscalização de trânsito, que é o caso, na essência, da Companhia Metropolitana de Trânsito que se pretende criar. Nunca é demais lembrar, que o projeto de lei sob análise retira do DETRAN-DF TODAS as atribuições relativas à FISCALIZAÇÃO de trânsito, ignorando, assim, e por completo, a RESOLUÇÃO 66, de 23 de setembro de 1998, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que instituiu a TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA, FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, APLICAÇÃO DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS, PENALIDADES CABÍVEIS E ARRECADAÇÃO DAS MULTAS APLICADAS. Sobre a criação da COMPANHIA METROPOLITANA DE TRÂNSITO – CMT, objeto do projeto de lei nº. 804/2008 merecem destaque as considerações seguintes, que vêm reforçar os conflitos relacionados. As competências elencadas, a exceção do item X do artigo 2º, são todas de competência legal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal como órgão executivo de trânsito do DF, de acordo com a legislação federal e Lei Orgânica do Distrito Federal. Devem ser consignadas, ainda, as seguintes observações sobre o projeto de criação da Companhia: 1 - no trânsito, atuam em consonância, FISCALIZAÇÃO, ENGENHARIA e EDUCAÇÃO e a criação da CMT retira um dos pilares, a FISCALIZAÇÃO; 2 - a Companhia Metropolitana de Trânsito será um órgão meramente punitivo, uma vez que em nenhuma de suas competências se fala em educação; 3 - as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARIs são subordinadas e estão na estrutura da Direção Geral do DETRAN-DF e não na Gerência de Policiamento e Fiscalização de Trânsito; 4 - as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARIs têm regimento próprio e não se precisaria de outro regimento; 5 - acresça-se a isso, como argumento irrespondível, que o Distrito Federal não tem município por vedação constitucional e, em face disso, as competências relativas a órgão ou entidade municipal serão exercidas no DF por órgão ou entidade executivos de trânsito, no caso *sub examen*, pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN. O Distrito Federal, pela sua natureza e peculiaridades, não podendo ter município, sempre teve no Departamento de Trânsito do Distrito Federal o seu órgão executivo de trânsito, juntamente com o DER. Ao longo de sua existência, sempre desempenhou muito bem suas atribuições e em certo momento de sua brilhante história, integrou a estrutura orgânica da Polícia Civil do Distrito Federal. O Departamento de Trânsito do Distrito Federal possui em seus quadros servidores altamente qualificados e que, por isso e somente por isso, desempenha papel primordial na execução da política de trânsito no DF. Não fora o projeto de lei de criação da Companhia Metropolitana de trânsito eivado de inconsistências, ainda assim, sua criação seria desnecessária porque o DETRAN-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DF, ao longo de sua história tem desempenhado de maneira reconhecidamente satisfatória as suas atribuições legais, sendo motivo de orgulho a todos os governos do Distrito Federal. Não sentindo segurança jurídica no projeto de lei nº. 840/2008 e não havendo tempo hábil para melhor discuti-lo, meu voto sobre a criação da Companhia Metropolitana de Trânsito é pela ABSTENÇÃO, esperando estar contribuindo com a Casa e com o Governo os quais haverão de adotar medidas que visem por cobro às inconsistências apontadas. Agrego a esta declaração de voto uma carga sentimental. Sou de um tempo em que o Departamento de Trânsito do Distrito Federal integrava a estrutura orgânica da Polícia Civil, instituição esta a que dediquei toda a minha vida profissional, da qual fui seu Diretor-Geral. Naquele tempo, o quadro de pessoal do DETRAN era formado por policiais civis: Delegados, Comissários, Agentes de Polícia etc. Tive uma relação muito estreita com o DETRAN-DF, havendo militado ali na Junta Administrativa de Recursos de Infrações – 2ª JARI por sete anos e na presidência do Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE por quatro anos. Entendo, ao fim, que se poderia alcançar os mesmos objetivos colimados pelo Governo do Distrito Federal mediante alteração na própria estrutura orgânica do Departamento de Trânsito, com a criação de uma categoria de fiscais de trânsito, sem se precisar onerar mais ainda a estrutura do Estado.”

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – V.Exa. pode encaminhá-la diretamente à Assessoria de Plenário, que será publicada nos Anais da Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a declaração de voto simplesmente para dizer que a Oposição fez de tudo para poder infernizar e colocar a imagem do nosso Governador e do Secretário de Transportes, Sr. Alberto Fraga, de uma forma bastante “inverdadeira”. Em momento nenhum, esse projeto foi feito como perseguição e muito menos o Governador decretou uma lei intempestiva porque estava nervoso.

Acho que todos têm direito de defender os seus interesses. O que eu queria declarar é que tenho muitos amigos no DETRAN. Ninguém está falando em extinguir o DETRAN. Acho que é falta de compreensão. Mas querer fazer média e jogar em cima do nosso Governador, isso não posso aceitar! A Oposição fez o trabalho dela, agora também tenho o direito de defender.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer, como a Deputada Erika Kokay já o fez anteriormente, que a bancada do Partido dos Trabalhadores vai entrar com representação tanto no Ministério Público quanto no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios pelo cancelamento da aprovação e também em função do conflito da legislação federal com a legislação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

local.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não temos problema com a solicitação de dispensa de Interstício que o Deputado Wilson Lima fez anteriormente. O que me chama atenção é um Deputado vir aqui atacar o posicionamento da Oposição. Não é a Oposição que está fazendo qualquer tipo de gracinha com relação ao Governador. É só olhar a galeria e observar o posicionamento dos trabalhadores do DETRAN com relação a esse projeto.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que eu tinha que falar eu já falei: meu voto é contra.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a Imediata apreciação da redação final, até porque já dissiparia qualquer dúvida a respeito do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acatará a solicitação de V.Exa. Os Deputados que são favoráveis à solicitação do Deputado Wilson Lima permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (Pausa.)

A grande maioria foi favorável.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 840, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria a Companhia Metropolitana de Trânsito do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para nós, quanto mais cedo for publicada a redação do projeto que cria a CMT, mais rapidamente poderemos entrar na Justiça.

Eu pediria que esta Casa continuasse sendo uma Casa plural e que as posições divergentes fossem respeitadas.

Eu, Sr. Presidente, não tenho por que defender a criação da CMT. Se o Governador do Distrito Federal não foi tomado por uma profunda raiva dos trabalhadores, ao encaminhar uma orientação ou uma imposição aos Parlamentares desta Casa — muitos, eu sei, defendiam que essa CMT não fosse criada e de repente se submeteram à votação —, quero que alguém possa me explicar o porquê desta decisão tão nociva para o povo do Distrito Federal.

E, digo, para encerrar, Sr. Presidente, que o DETRAN está em extinção, não há nenhuma dúvida. Eu queria que os Parlamentares lessem o projeto e rompessem a miopia emanada do Palácio do Buriti.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, considerando que amanhã haverá uma comissão geral, solicito a V.Exa. a inclusão na pauta da Ordem do Dia de quinta-feira do Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2008, que "dispõe sobre a desafetação e ocupação dos espaços intersticiais das quadras residenciais de Brazlândia" – diz respeito aos becos daquela cidade. Está presente hoje nesta Casa o Presidente da Cooperativa Habitacional dos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, o amigo Neném, com toda a diretoria de Brazlândia. Eles reivindicam a inclusão na pauta desse projeto.

Já conversei sobre este assunto com a Liderança do PT. Portanto, solicito a V.Exa. que inclua essa proposição na pauta da Ordem do Dia de quinta-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e também a da Deputada Erika Kokay.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Brunelli e a Deputada Erika Kokay solicitaram a apreciação de alguns projetos. Por isso, eu solicitei a permanência dos Deputados em plenário para apreciarmos as concessões de título de Cidadão Honorário de Brasília, as moções e os requerimentos.

Passa-se aos

Comunicados da Mesa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Leitura da ata da sessão anterior.

Convido o Deputado Brunelli a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

É lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 93ª Sessão Ordinária, de 23 de outubro de 2008.

Incluo na pauta da Ordem do Dia as seguintes proposições: o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2008; a Moção nº 1.194, de 2008, da Deputada Erika Kokay; as moções assinaladas; e a Moção nº 273, de 2008.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no início da sessão, solicitei a V.Exa. a inclusão na pauta da Ordem do Dia do Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2006, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Bispo Maurício Fernandes de Castro", um projeto importantíssimo cuja festividade está marcada para sábado. A proposta já tramitou nas comissões.

Solicito também a V.Exa. a inclusão do Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2008, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Sabino Cordeiro Dourado".

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Este projeto já tramitou na Casa?

DEPUTADO BRUNELLI – Não. Esse não tramitou, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Então, deixe esse por último. Eu incluo as matérias na pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de incluir na votação conjunta o Item nº 37 da Ordem do Dia, que diz respeito à realização de uma comissão geral.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A realização dessa comissão geral é para que dia da semana?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Para quinta-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está bem.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, também peço a inclusão do item nº 38, que trata de transformação de sessão ordinária em comissão geral para discutir a questão das creches, na quinta-feira.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a questão de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito também a inclusão dos seguintes itens da pauta: 39, 40 e 41, que tratam de audiências públicas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há um item da Deputada Eurides Brito após esse projeto de V.Exa. Qual é o número desse item?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – É o item nº 42. Eu sugiro a V.Exa. a apreciação dos itens nºs 37 a 42, incluindo o requerimento da Deputada Eurides Brito.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a apreciação também do Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Incluo-os na pauta da Ordem do Dia.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 37:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.211, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “requer a transformação de Sessão Ordinária do próximo dia 6 de novembro em Comissão Geral com o objetivo de discutir a garantia do passe-livre para diversos segmentos da população que utilizam o serviço de transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído por meio da Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007”.

Item nº 38:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.212, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “requer a transformação de Sessão Ordinária do próximo dia 13 de novembro em Comissão Geral com o objetivo de discutir a implantação do Fundo de Manutenção Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e a ampliação da oferta de creches públicas no Distrito Federal”.

Item nº 39:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “requer a urgente realização de audiência pública no plenário desta Casa em data e horário a serem definidos brevemente, com o objetivo de discutir os critérios utilizados para assegurar o direito ao recebimento de gratificação por insalubridade e por periculosidade aos trabalhadores que especifica”.

Item nº 40:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.214, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "requer a urgente realização de audiência pública no plenário desta Casa em data e horário a serem definidos brevemente, com o objetivo de discutir a necessidade de imediata convocação dos candidatos em concursos públicos para cargos da área da saúde".

Item nº 41:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.217, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "requer a urgente realização de audiência pública no plenário desta Casa, em data e horário a serem definidos brevemente, com o objetivo de discutir a importância do fortalecimento dos centros de assistência judiciária que funcionam no Distrito Federal".

Item nº 42:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.203, de 2008, de autoria da Deputada Eurides Brito, que "requer o arquivamento do Projeto de Lei nº 2.046, que inclui o XII Congresso Internacional de Equoterapia, a ser realizado nesta Capital nos dias 8 a 12 do mês de agosto de 2006, no Calendário Oficial de eventos do Distrito Federal".

Item nº 43:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 259, de 2008, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que "parabeniza e manifesta voto de louvor aos profissionais de saúde do Hospital Regional de Planaltina – DF pelos relevantes serviços prestados à comunidade".

Item nº 44:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 260, de 2008, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "hipoteca louvor à direção, corpo docente e discente do Instituto Superior de Educação Paulo Martins – ISPAM pelo excelente resultado obtido na avaliação do Ministério da Educação".

Item nº 45:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 269, de 2008, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que "parabeniza os Bombeiros Militares lotados no 4º Batalhão de Incêndio – 4º BIF/Asa Norte – Brasília/DF, que combateram o incêndio florestal na Fazenda Cocal, em Planaltina de Goiás – GO".

Item nº 46:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 270, de 2008, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que "parabeniza e manifesta votos de louvor ao delegado de polícia civil Elivaldo Ferreira de Melo pelos relevantes serviços prestados à comunidade".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Item nº 47:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 272, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "parabeniza pelos relevantes serviços prestados frente ao Partido Progressista – PP, o Senhor Pablo de Sousa Valente Lima".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 273, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta voto de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Gama, em especial à Casa de Apoio aos Moradores de Rua e, em comemoração ao Dia do Idoso, as pessoas que menciona".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 274, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "parabeniza pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal os Diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP".

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apenas eu queria registrar o meu voto contrário às matérias por considerar que, como a Câmara Legislativa do Distrito Federal só tem sessões deliberativas ordinárias três dias na semana, as comissões gerais poderiam ser audiências públicas e poderiam ser realizadas em outros horários para não atrapalhar o bom andamento das votações.

Eu reconheço que as propostas, principalmente a questão do FUNDEB, da educação, é importante, e louvo a iniciativa da Deputada Erika Kokay. Agora, considero que as comissões gerais atrapalham o fluxo das votações já que só há sessões três dias por semana. Há um projeto de minha autoria para que haja sessões de segunda a sexta-feira. Como o projeto não foi votado, votarei contra essas comissões gerais, até para que a Câmara Legislativa possa deliberar e votar pelo menos nesses três dias.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos e as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos e as moções estão aprovados com a presença de 13 Deputados. Houve 1 voto contrário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Luiz Arantes de Freitas".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Anselmo Rodrigues Ferreira Leite".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Bispo Maurício Fernandes de Castro".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Sabino Cordeiro Dourado".

Item nº 16:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pároco João Ignácio Perlus".

(Assume a Presidência do Deputado Brunelli.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa; do Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli; do Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli; do Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli; e do Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2008, da Deputada Jaqueline Roriz.

Nosso parecer, pela Comissão de Assuntos Sociais, é pela admissibilidade, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados. Houve 12 votos favoráveis e 1 voto contrário.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

V.Exa. pode proferir o parecer do microfone de aparte.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, trata-se dos seguintes projetos de decreto legislativo de concessão de Título de Cidadão Honorário de Brasília: Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2008, que concede o título ao Pároco João Ignácio Perius, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz; Projeto de Decreto Legislativo nº 238, que concede o título ao Pastor Sabino Cordeiro Dourado, de autoria do Deputado Brunelli; Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que concede o título ao Bispo Maurício Fernandes de Castro; Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2008, que concede o título ao Sr. João Luiz Arantes de Freitas, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa; Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2008, que concede o título ao Sr. Anselmo Rodrigues Ferreira Leite.

Encaminhamos, Sr. Presidente, pela aprovação, por serem constitucionais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados. Houve 1 voto contrário, Deputado Reguffe.

Em discussão os PDLs nºs 192/2008; 225/2008, 634/2006, 238/2008 e 182/2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 13 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Luiz Arantes de Freitas".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Anselmo Rodrigues Ferreira Leite".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Bispo Maurício Fernandes de Castro".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Sabino Cordeiro Dourado".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pároco João Ignácio Perius".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensadas as votações.

Os projetos vão à promulgação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas gostaria que fosse colocada em votação a Moção nº 275, de 2008, que "solicita ao Exmo. Sr. Ministro da Comunicação, Sr. Hélio Costa, que adote as medidas que se fizerem necessárias para viabilizar a convocação da I Conferência Nacional de Comunicação".

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a questão de ordem de V.Exa. e incluo na Ordem do dia de hoje a Moção nº 275, de 2008.

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 275, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "solicita ao Exmo. Sr. Ministro da Comunicação, Sr. Hélio Costa, que adote as medidas que se fizerem necessárias para viabilizar a convocação da I Conferência Nacional de Comunicação".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A moção está aprovada com a presença de 13 Deputados.

Em virtude da aprovação em bloco dos Projetos de Decreto Legislativo nºs. 237, 235, 200 e 205, na última sessão ordinária, deu-se um lapso quando do parecer da CCJ em que a Deputada Eurides Brito pronunciou-se favorável a todos os projetos, inclusive ao de sua autoria.

Neste sentido, para que não paire dúvidas quanto à legalidade, solicitamos à CCJ que retorne a emitir parecer somente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2008, de autoria da Deputada Eurides Brito.

A Presidência designa o Deputado Brunelli para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2008, de autoria da Deputada Eurides Brito, que "concede



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Peter Colecott, Embaixador Britânico no Brasil, e à Sr. Embaixatriz Judith Patrícia Peard”.

Emenda ao art 1º do Decreto. Houve um trabalho de redação.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do presente projeto com a emenda da própria autora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

Esta Presidência ratifica a votação do PDL 237, de 2008, em turno único, aprovado com a presença de 15 Deputados, sendo 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há o Requerimento nº 1.194, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que temos de aprovar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. e Incluo na Ordem do Dia de hoje o Requerimento nº 1.194, de 2008 – item extrapauta.

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.194, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “requer a realização de audiência pública no âmbito desta Casa para debater a falta de política pública adequada para assegurar a saúde dos trabalhadores em educação”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito verificação de *quorum*.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recebi uma solicitação – naturalmente, com a anuência dos demais Deputados – de votação do PL nº 1.048, que “abre crédito adicional de R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais) para pagamento de pessoal da Secretaria de Educação”. Pedi à assessoria do PT que fizesse, Deputada Erika Kokay, uma avaliação do projeto e, caso não haja dificuldade, que o votemos, porque é importante o pagamento dos salários da educação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não temos óbice em proceder à votação desde que tenhamos acordado – e parece que já há acordo com a Liderança do Governo – uma emenda de nossa autoria, que está em fase final de execução. Uma vez acordada a emenda e incorporada ao projeto, não temos nenhuma dificuldade em aprová-la, até porque me parece que educação não é a política de Governo do Distrito Federal. Para o Partido dos Trabalhadores, isso é prioritário, estruturante na construção de sujeitos de direito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a questão de ordem do Deputado Leonardo Prudente. Apreciaremos, neste momento, o item extrapauta.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não tenho também nenhum óbice a que esse projeto seja votado na tarde de hoje, já que é um crédito que vai para a Secretaria de Educação. Apesar de algumas pessoas da base do Governo dizerem que sou contra tudo, radicalmente contra tudo, não sou contra a destinação desse dinheiro para a Secretaria de Educação nem poderia ser. Para mim, educação é prioridade. E para ser prioridade, tem que ser prioridade no Orçamento. Então, não sou contra a votação desse crédito na tarde de hoje.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto não chega a redação da emenda ao crédito, peço aos Deputados que tenham algum projeto de decreto legislativo para ser apreciado nesta tarde que se dirijam à Mesa. Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que inclua o PDL nº 194, de 2003, de nossa autoria; o PDL nº 258, de 2004; e o PDL nº 317, de 2004; todos com trâmite concluído na Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Incluo na Ordem do Dia os referidos PDLs, para apreciação neste momento.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas agradecer a maneira cordial com que vem sendo tratado o Governo do Distrito Federal. Não colocaram óbice a Deputada Erika Kokay e o Deputado Reguffe.

Parabenizo, inclusive, o Governo.

Quero dizer também que, em um dia de calor imenso como este, é muito bom ver essa manifestação em prol dos professores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Apreciação em bloco dos seguintes projetos:

Item extrapauta:

Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2003, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Cel. QOPM Sebastião Davi Goveia".

Item extrapauta:

Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2004, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília à Sra. Estefânia Ferreira de Souza Viveiros".

Item extrapauta:

Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2004, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Cel. QOPM Francisco Carlos Nunes Maynarde".

Em discussão os projetos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 13 Deputados. Houve 1 voto contrário.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que estou votando contrariamente porque sou contra a concessão de título de Cidadão Honorário por esta Casa. Penso que isso não deveria ser uma função desta Câmara, e sim simplesmente legislar e fiscalizar o Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está registrada a sua posição, Deputado Reguffe.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para informar que a emenda ao crédito para a educação que o Partido dos Trabalhadores efetivou já foi protocolada. Essa emenda diz respeito a um impedimento, porque, no projeto do crédito, está prevista a autorização para o Governo elaborar créditos; enfim, fazer a movimentação orçamentária, para a sua efetiva execução, por decreto, sem autorização desta Casa. Nós, Sr. Presidente, não podemos permitir que esta Casa abra mão da prerrogativa de avaliar as suplementações, os créditos do Governo que, se, obviamente, estão indo para determinada política, estão sendo retirados de outra política ou são frutos de excesso de arrecadação. Cabe a esta Casa discutir, inclusive, a sua destinação, como representantes plurais do povo do Distrito Federal. Então, fizemos uma emenda supressiva. Ela está devidamente acordada, e não há por que retirar desta Câmara a apreciação da movimentação de créditos neste momento. Isso significaria, mais uma vez, macular a autonomia e as funções desta Casa Legislativa. Já protocolamos a emenda e podemos, portanto, votar o crédito para a educação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pergunto ao Deputado Leonardo Prudente se já chegou o projeto referente ao crédito.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Deputada Jaqueline Roriz pede a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Decreto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Legislativo nº 213, de 2008. Falta apenas o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Incluo na Ordem do dia o Projeto de Decreto Legislativo nº 213.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, também chegaram os Projetos de Decreto Legislativo nºs 452, de 2005 — Sr. Sérgio Augusto de Almeida Braga —, 411, de 2004 — Sra. Maria Antonietta Propato Sandoval —, e 489, de 2005 — Sr. Wender Camico Costa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Incluo os referidos projetos na Ordem do Dia.

Apreciação em bloco dos seguintes projetos:

Item extrapauta:

Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao pastor Ricardo Lima Espíndola”.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2005, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Sérgio Augusto de Almeida Braga”

Item extrapauta:

Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2004, de autoria do Deputado Brunelli, que concede título de Cidadão Honorário de Brasília à Sra. Maria Antonietta Propato Sandoval”.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2005, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Wender Camico Costa, oficial militar do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal”.

A Presidência designa o Deputado Brunelli para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “concede



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

título de Cidadão Honorário de Brasília ao pastor Ricardo Lima Espíndola”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, consideramos o projeto admissível. Está dentro da regimentalidade e do arcabouço jurídico. Então, vamos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão, em turno único, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 213, de 2008; 452, de 2005; 411, de 2004, e 489, de 2005. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 13 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Ricardo Lima Espíndola”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2005, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Sérgio Augusto de Almeida Braga”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2004, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília à Sra. Maria Antonietta Propato Sandoval”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2005, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Wender Camico Costa, oficial militar do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Não havendo quem queira discutir, encerro discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as referidas redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os referidos PDLs vão à promulgação.

Embora tenha sido proferido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao PDL nº 213, de 2008, nós não procedemos à apreciação do parecer em tempo hábil.

Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao PDL nº 213, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Solicito que seja ratificada a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência ratifica a votação, em turno único, dos PDLs nºs 213/2008, 489/2005, 411/2004 e 452/2005: os projetos foram aprovados com a presença de 14 Parlamentares, sendo 13 votos favoráveis e 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

Em atenção à solicitação do Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, passaremos à apreciação de item extrapauta referente ao crédito.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.048, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 165.689.540,00 (cento e sessenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e quinhentos e quarenta reais)”.

A Presidência designa o Deputado Geraldo Naves para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Geraldo Naves, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.048, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 165.689.540,00 (cento e sessenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e nove mil e quinhentos e quarenta reais)".

O projeto recebeu uma emenda. No âmbito desta Comissão, somos favoráveis à admissibilidade do projeto, acatando a emenda em questão.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, considerando a relevância e a importância do projeto, por se tratar de pagamento de pessoal, solicito a V.Exa. - naturalmente com a anuência dos demais Deputados - que encerre esta sessão ordinária, convocando sessão extraordinária para o votarmos em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação de um único item.

Está encerrada a sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 10 2008	15h55min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

(Levanta-se a sessão às 17h15min.)